



COLETIVOS NEGROS NO ENSINO SUPERIOR: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O ATIVISMO NEGRO UNIVERSITÁRIO CONTEMPORÂNEO

BLACK COLLECTIVES IN HIGHER EDUCATION: SOME NOTES ON CONTEMPORARY BLACK UNIVERSITY ACTIVISM

Guilherme dos Santos Oliveira 1

Resumo: A implementação das políticas de ações afirmativas proporcionou grandes transformações nas instituições de ensino superior, especialmente nas universidades públicas nas últimas duas décadas. Coletivos negros, formados em sua maioria por estudantes beneficiários dessas políticas, emergem na cena universitária com a finalidade de tornar as trajetórias de estudantes negros mais proveitosas e menos hostis. Articulando marcadores sociais como raça/cor, gênero, sexualidade, classe e geração, os coletivos negros se mobilizam no ambiente acadêmico na luta por uma universidade mais inclusiva e racialmente democrática. Este artigo tem como objetivo apresentar uma contribuição para a compreensão acerca do ativismo negro universitário contemporâneo produzido por coletivos negros presentes em Universidades Públicas brasileiras. Concluímos este artigo com a compreensão de que os coletivos negros se transformaram em atores centrais na dinâmica sociopolítica universitária, uma vez que a partir de diferentes formas de ativismo lutam por mais reconhecimento, visibilidade e participação de estudantes negros nas dinâmicas institucionais universitárias.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Ensino Superior. Ativismo Negro. Coletivos Negros.

Abstract: The implementation of affirmative action policies has brought about major transformations in higher education institutions, especially in public universities in the last two decades. Black collectives, formed mostly by students who are beneficiaries of these policies, have emerged on the university scene with the purpose of making the trajectories of black students more fruitful and less hostile. Articulating social markers such as race, gender, class, and generation, black collectives mobilize in the academic environment in the struggle for a more inclusive and racially democratic university. This article aims to present a contribution to the understanding of contemporary black university activism produced by black collectives present in Brazilian public universities. We conclude this article with the understanding that the Black Collectives have become central actors in the university socio-political dynamics, since from different forms of activism they fight for more recognition, visibility and participation of Black students in the university institutional dynamics.

Keywords: Affirmative Action. Higher Education. Black Activism. Black Collectives.

1 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3066249979160644> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6283-5009>. Email: guilherme.oliveira0511@gmail.com



Introdução

Nos últimos anos, tem sido possível perceber uma efervescência na cena política universitária brasileira. O aumento do ingresso de estudantes negros no ensino superior, impulsionado pela implementação das políticas de ações afirmativas – de modo particular pela modalidade de reserva de vagas para pessoas negras, popularmente conhecida por cotas raciais –, vem produzindo uma série de mudanças nessas instituições, principalmente em relação ao ativismo negro universitário a partir da emergência de coletivos negros no ensino superior.

Criados e gestados por estudantes negros, esses coletivos são entidades políticas que surgem como alternativa aos modelos tradicionais de representação política discente (AUTOR, 2019; 2022) e que têm como primazia zelar, cuidar e lutar pelos interesses dos estudantes negros e por demandas e reivindicações específicas ainda não superadas por esse grupo no ambiente acadêmico.

Este artigo é o resultado da pesquisa do autor (AUTOR, 2019) somada a discussões preliminares de outra pesquisa em curso. O estudo ao qual o autor se dedicou, teve os coletivos negros de universidades públicas do Rio de Janeiro como protagonistas e as reflexões iniciais da pesquisa em curso refletem essa mesma lógica só que agora a partir da experiência do autor enquanto um sujeito integrante do ativismo negro universitário contemporâneo, protagonizado e desenvolvido pelos coletivos negros da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Os pressupostos teóricos acionados são os desenvolvidos por Ratts (2009; 2011) acerca do movimento negro de base acadêmica; por Gonçalves (2014); Lima (2015); Feres *et al* (2018), Araújo (2019) e Senkevics (2021), que apresentam compreensões sobre as ações afirmativas e sobre a política de reserva de vagas para grupos específicos no ensino superior brasileiro; além de Sacramento (2012), Autor (2019), Lima (2020) e Rios e Perez (2020), os quais nos auxiliam a compreender as atuações políticas negras antirracistas, os coletivos negros e suas interseccionalidades e as formas de mobilização política relacionadas a estes grupos.

Portanto, este estudo se apresenta como uma contribuição importante para o debate acerca do ativismo negro universitário contemporâneo produzido por coletivos negros presentes em universidades públicas brasileiras e está dividido em três partes: na primeira, apresento a metodologia utilizada nesse estudo; na segunda explico a relação entre a implementação das ações afirmativas, das cotas raciais e o impacto delas no ativismo negro universitário contemporâneo; e, na terceira, descrevo como o ativismo negro é produzido através dos repertórios e dos enquadramentos escolhidos pelos coletivos negros universitários para fins de mobilização política em suas instituições.

Metodologia

Para realizar este estudo, adotamos o método de investigação qualitativo, utilizando as seguintes técnicas de pesquisa: observação participante, entrevistas semiestruturadas, acompanhamento de reuniões dos coletivos, de eventos acadêmicos e de suas redes sociais dos coletivos participantes da pesquisa (LIMA, 2020; ROSA, 2022).

Foram selecionados quatro coletivos negros universitários para compor a pesquisa. Dentre os selecionados, dois estão localizados em universidades públicas no Rio de Janeiro (RJ), um deles situado em uma universidade pública na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), e o outro localizado na cidade de Campinas, em São Paulo. Os coletivos escolhidos das universidades do Rio de Janeiro foram: Denegrir, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Iolanda de Oliveira¹, coletivo situado na Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Marlene Cunha, coletivo negro do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, que faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ); no Estado de São Paulo, o Aquilomba Fórum foi

1 O nome do coletivo é Coletivo Negro de Estudantes Negros da UFF (Cenuff), mas o coletivo se autodenomina Iolanda Oliveira, em homenagem à professora de sua Faculdade de Educação (FEUFF), pioneira no desenvolvimento de linhas de pesquisa articulando relações raciais e políticas públicas educacionais. Por este motivo, utilizo neste artigo o nome autodenominado pelo próprio coletivo. (GUIMARÃES, RIOS E SOTERO, 2020).

o selecionado, uma vez que é o espaço no qual Coletivos Negros da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) se reúnem para fins de mobilização política.

Os coletivos selecionados para essa pesquisa foram escolhidos devido as seguintes justificativas: por desempenharem papéis estratégicos na relação que possuem ou não com as suas respectivas instituições e pela diversidade de formas de organização encontradas em suas atuações políticas no ambiente universitário.

Para atingir a finalidade deste estudo, analiso, através das técnicas já mencionadas, o ativismo criado e desenvolvido pelos coletivos negros em suas respectivas instituições. Deste modo, a decisão de escolher tais coletivos se deu porque identifiquei que, apesar de possuírem uma agenda comum e de compartilharem, em certa medida, repertórios e enquadramentos, eles também possuem especificidades tanto pelas demandas dos estudantes negros presentes em suas respectivas universidades quanto pelas formas de mobilizações adotadas, além das diferentes discussões internas que acontecem em cada entidade.

Ações Afirmativas e os desdobramentos no ativismo negro universitário

Esta seção tem por objetivo discutir a relação acerca da introdução de políticas de ação afirmativa no ensino superior na sociedade brasileira, em especial adotadas no ingresso de estudantes negros em cursos de graduação, estendidos a pós-graduação com os desdobramentos encontrados no ativismo negro universitário contemporâneo. Assim, nesta seção lança a luz para a relação direta que entendo existir entre o processo de implementação específico das cotas raciais com o (re)surgimento das mobilizações protagonizadas pelos coletivos negros nas universidades públicas em que estão alocados.

Esses processos são derivados de lutas intensas e constantes de movimentos sociais negros (Movimento Negro brasileiro), intensificado pelo ativismo negro universitário contemporâneo presente de forma contundente dentro das universidades públicas brasileiras, principalmente após a implementação das políticas de ação afirmativas racialmente orientadas no ensino superior.

Antes de aprofundar a discussão aqui proposta, é preciso apresentar o que estou denominando de *ativismo negro universitário contemporâneo*. Entendo, baseado a partir da leitura dos trabalhos de Ratts (2009; 2011) e de Sacramento (2012), que o ativismo negro universitário é composto por diferentes modelos associativos e por um conjunto de formas de atuação política antirracista estabelecidas nas universidades a fim de pautar as demandas e as reivindicações da comunidade negra universitária. Para isso, esses modelos associativos produzem estratégias de mobilização para o desenvolvimento e melhoria de políticas públicas e de projetos criados pelas universidades, visando a garantia de direitos, a exemplo da manutenção das políticas de ações afirmativas, necessárias para o ingresso e permanência da comunidade negra nas universidades e demais instituições de ensino superior; sobretudo, produzem o reconhecimento da presença dos corpos negros nesses espaços, o que viabiliza a compreensão das demandas, reivindicações e pautas específicas para a existência desses sujeitos no ambiente acadêmico, colocando-os como protagonistas da participação política e da tomada de decisões nas universidades.

Dito isso, é importante mencionar que, apesar de partir do impacto das ações afirmativas no ativismo negro universitário, para a exposição de algumas reflexões e resultados da pesquisa realizada que dá origem a esse artigo, acredito que o ponto inicial da discussão – e do próprio campo em si – se formula em um outro momento histórico.

De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Ratts (2011), desde a década de 1970, período do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), alguns ativistas negros reivindicam e evidenciam a presença de corpos negros nos espaços acadêmicos. Essa reivindicação passa por um propósito fundamental para esses ativistas que também se tornaram intelectuais. Tal propósito tem a ver com o reposicionamento do sujeito negro na ocupação de espaços sociais privilegiados, como, por exemplo, as universidades públicas brasileiras.

Diante dessa perspectiva, o autor enfatiza que é neste momento que se forma o que ele denomina de *movimento negro de base acadêmica* (RATTS, 2009):

Nos anos 1970, podemos dizer que alguns/umas ativistas que participam da reorganização do movimento negro contemporâneo, também se situam no interior de algumas universidades públicas e privadas e chegam a constituir grupos de estudo e de intervenção nesse âmbito, o que me leva a afirmar a existência de um movimento negro de base acadêmica ou mais simplesmente um movimento negro acadêmico para o período. (RATTS, 2011, p. 29)

Nesse período, nos anos 70 e 80, os estudantes negros já desenvolviam atuações individuais e coletivas no espaço acadêmico das universidades em que estavam alocados, a fim de construir um projeto de negritude acadêmica, no qual o negro não desejava mais ter sua voz suplantada ou infantilizada (GONZALEZ, 1983), mas, sim, ter sua própria voz no mundo acadêmico como sujeito coletivo e como individualidade forte (RATTS, 2011 *apud* SANTOS, 1999).

Interessado na compreensão de quem eram esses intelectuais e quais foram as ações coletivas e as entidades e/ou organizações criadas à época, Ratts (2011) destaca como exemplos de entidades que compunham o movimento negro de base acadêmica a criação do Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR)², formado pela historiadora Beatriz Nascimento, e por um grupo de alunos negros de diferentes cursos que tinham como objetivo “[...] mostrar uma nova forma de abordar as relações raciais concernentes ao negro brasileiro enquanto raça e de sua implicação no seu todo social” (GTAR, 1978, p.01), entre as décadas de 1970 e 1980 na Universidade Federal Fluminense (UFF), e a Quinzena do Negro organizado pelo sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira, em 1977, na Universidade de São Paulo (USP) que, tinha como propósito “[...] revelar o negro como criador e criatura. Numa palavra: Sujeito”. (OLIVEIRA, 2001).

Desde então, esses e outros intelectuais se organizam politicamente dentro de suas respectivas universidades promovendo debates raciais acerca da presença negra nesses espaços, com o objetivo de questionar os regimes de visibilidade de seus corpos e vozes, propondo outras epistemologias, diversificando a produção de conhecimento e construindo um espaço seguro para desenvolver suas pesquisas, de modo a olhar para si e para seus pares não mais como objetos, mas, sim, como sujeitos. Isso se atrela ao proposto por Oliveira (1977, p. 26), quando afirma: “o cientista negro precisa se tornar um teórico e precursor da mudança social, a partir de seu próprio grupo, para o que necessita, além de engajamento pessoal, desenvolver novas técnicas e perspectivas.”

Com isso, teóricos/as como Beatriz Nascimento, Eduardo Oliveira e Oliveira, Lélia Gonzalez, Marlene Cunha (que é homenageada por um dos coletivos participantes da pesquisa) dentre outros intelectuais negros/as presentes nas universidades à época, tinham como premissa, para além de um ativismo, o cuidado com a formação e com o posicionamento intelectual do sujeito negro: contar suas próprias histórias, produzir memória, criar seu próprio legado.

Entendendo a relevância do ponto de partida das discussões que serão apresentadas neste artigo e, conseqüentemente, da consolidação do campo em que essa pesquisa se assenta, avanço mais um pouco na linha do tempo e inicio minha análise a partir das implementações das ações afirmativas e da Lei de Cotas para compreender o movimento encontrado hoje nas universidades públicas, onde o ativismo negro universitário contemporâneo, que é protagonizado pelos coletivos negros, tem se desenvolvido cada vez mais na luta pelas demandas dos estudantes negros.

Para que possamos analisar o ingresso de diferentes atores sociais nas universidades públicas brasileiras a partir das ações afirmativas, torna-se fundamental olhar para os conceitos de diversidade e inclusão promovidos pelas “políticas da diversidade”³. Com foco na população negra, Gonçalves (2014) nos auxilia a compreender a fundamental importância desses conceitos quando afirma que a diversidade é responsável pela criação e introdução de um novo modelo de acesso ao ensino superior e que este modelo promove a emergência de uma nova etnicidade negra.

2 A partir de uma atuação compromissada na luta contra o racismo, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR) reunia em suas mobilizações estudantes, professores, pesquisadores, ativistas e militantes da causa racial nas universidades e em outros espaços a fim de construir um projeto de negritude acadêmica (GTAR, 1978; RATTS, 2011).

3 Denomino de políticas da diversidade as políticas públicas adotadas pelo Governo Federal brasileiro, com maior ênfase nos 2000, e que conferiam direitos e recursos para grupos sociais diversos, principalmente, nas áreas de educação, saúde, trabalho e renda (Oliveira, 2019).

Já em relação ao conceito de inclusão, Gonçalves (2014) atesta que ele é responsável pela expansão do acesso de negros nas universidades públicas, acesso este que vem se desenhando através de um modelo híbrido de ações afirmativas por combinar fatores como: raça/cor, gênero, classe, renda, região e origem escolar.

Ao contrário do que aconteceu com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) no que tange à implementação das políticas de ação afirmativa (MACHADO, 2013), ao se debruçar sobre as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo, a saber, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de São Paulo (USP), lançando luz sobre a perspectiva da “inclusão”, Danielle Araújo (2019) aponta que essas universidades, que já possuíam bonificações em seus sistemas de ingresso, protelaram ao máximo possível a adoção das cotas étnico-raciais como modelo de política de ação afirmativa a partir da defesa do mérito como justificativa ao ingresso no ensino superior. Isso ocasionou vários desdobramentos nessas universidades, sendo o principal deles o “atraso” das discussões sobre a implementação das políticas de ações afirmativas específicas para a grupos socialmente desfavorecidos como é o caso dos estudantes negros e indígenas em relação a outras universidades públicas brasileiras.

Tendo isso em vista, de acordo com Márcia Lima (2015, p.35) as ações afirmativas são um “conjunto de medidas de cunho público ou privado, que visa à promoção de ações de caráter redistributivo ou de reconhecimento da participação e importância de grupos minoritários na sociedade brasileira. As cotas raciais representam um dos modelos de ações afirmativas vigentes no país e não se restringem ao ensino superior⁴.

Já a Lei Federal 12.711, conhecida popularmente como Lei de Cotas, e implementada no Brasil em 29 de agosto de 2012, muito reivindicada e conquistada via pressão dos movimentos sociais, com destaque para o Movimento Negro brasileiro, e implementada pelo governo da então presidenta em exercício, Dilma Roussef, tem como finalidade regulamentar a utilização de políticas de ações afirmativas para grupos sociais historicamente desfavorecidos, como estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, indígenas, e pessoas com deficiência nos processos de ingresso ao ensino superior nas universidades e institutos federais de todo o país.

A Lei prevê, primeiramente, que 50% das vagas por instituição, curso e turno devam se destinar aos alunos que estudaram na rede pública durante todo o percurso de escolarização em nível médio. Em seguida, estabelece uma segunda reserva de vagas dentro do primeiro contingente, voltada para outras duas condições: uma proporção mínima de 50% de estudantes oriundos de famílias cuja renda mensal *per capita* seja igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) no mínimo igual à soma desses grupos na respectiva unidade da Federação (UF) na qual se encontra o estabelecimento de ensino, segundo o último recenseamento demográfico do IBGE realizado no ano de 2010 (SENKEVICS, 2021).

Assim, a reserva de vagas para pessoas negras (pretos e pardos), que é popularmente denominada de cotas raciais é uma modalidade específica de ação afirmativa que tem por objetivo reservar uma porcentagem das vagas das Instituições de Ensino Superior (IES) para esses candidatos, os quais, somados, constituem a categoria negro.

Convencionada e adotada pelo Movimento Negro, nos 1970, essa categoria política torna-se central para o grupo disputar o Estado através da reivindicação de políticas públicas e de melhorias nas diversas áreas que compõem a vida social. Como existem variadas interpretações e entendimentos sobre o que é ou pode ser considerado Movimento Negro, para fins de conhecimento e de fácil compreensão sobre o que eu entendo e estou chamando de Movimento Negro, apresento a definição cunhada pelo teórico José Rufino dos Santos (1994). O autor expõe e explica quais são as entidades e características que compõem o Movimento Negro brasileiro:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como “clubes de negros”], artísticas [como os inúmeros grupos de

4 Para uma discussão mais aprofundada ver (Feres et al, 2018).

dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos “centros de pesquisa”] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de quilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (RATTS, 2011 *apud* SANTOS, J. 1994b, p. 157)

Seguindo a compreensão de Santos (1994), o Movimento Negro é um complexo e dinâmico movimento composto por variadas expressões e que atua politicamente em prol do pleno desenvolvimento da população negra na sociedade brasileira, em variados aspectos da vida social. Dentre esses aspectos, um dos mais significativos é a presença negra nas dinâmicas relacionadas ao Estado, ou seja, dentro das Instituições.

Diante disso, as instituições públicas às quais me refiro e lanço luz nessa pesquisa são as universidades públicas. São nelas que venho trilhando meu caminho enquanto um estudante-pesquisador do campo das relações raciais e de suas interseccionalidades, sendo afetado por este processo: ora atuando como um estudante que é diretamente impactado pelas ações afirmativas, desde o meu ingresso no ensino superior, ainda em 2010, atuando politicamente e compondo o ativismo negro universitário da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), ora enquanto um pesquisador que se debruça sobre essas políticas até os dias atuais na tentativa de compreender a relação entre as ações afirmativas, de modo especial as cotas raciais, e o ativismo negro universitário das últimas duas décadas.

Neste sentido, a obrigatoriedade da adoção dessas políticas e programas em variadas universidades públicas brasileiras, sejam elas a nível federal, através da Lei 12.711/12, ou a nível estadual, através dos Conselhos Universitários ou por meio de Leis Estaduais, tem proporcionado a reconfiguração das paisagens dessas instituições, ou seja, cada vez mais as universidades passam finalmente, ser constituídas pela realidade demográfica brasileira, seja por obrigatoriedade legal ou por pressão dos movimentos sociais presentes e organizados dentro e fora do espaço universitário.

Os movimentos sociais ganharam ainda mais projeção a partir da implementação das ações afirmativas, com suas variedades de modelos de acesso, facilitadores da presença de sujeitos pertencentes a grupos sociais historicamente desfavorecidos (negros, indígenas, quilombolas, mulheres e LGBTQs) nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. Diante disso, o cenário político universitário se renova com a presença desses sujeitos/as que chegam propondo novas estratégias, modelos e formas de organização política e, promovem assim, a multiplicação de entidades representativas estudantis, tensionando o *status quo* tão duramente proposto por essas instituições.

Essa constatação é importante, sobretudo porque eu, assim como outros pesquisadores/as que vêm se debruçando sobre esse campo (LIMA, 2020; RIOS E PEREZ, 2020; TRINDADE, 2021; IAZZETTI, 2021; ROSA, 2022) entendemos que as universidades ainda não estão preparadas para lidar nem com a pluralidade e nem com a diversidade que os sujeitos beneficiários das ações afirmativas trazem para o ambiente universitário. Fazemos essa afirmação a partir não só das pesquisas mencionadas, mas do entendimento de que a pluralidade e a diversidade precisam estar contidas no projeto político das universidades, só assim teremos mudanças substanciais para todos. Enquanto isso não acontece, corremos o risco de continuarmos reféns de um modelo educacional que reproduz a universalização do ensino, apaga as diferenças existentes entre os sujeitos, privilegia saberes/conhecimentos em detrimento de outros e reproduz o *status quo* desses espaços que são historicamente geridos, em sua grande, por um tipo específico de sujeito: homens brancos, de classe média alta, heterossexuais e cisgêneros.

Assim, olhando para os desdobramentos provenientes a partir da implementação das ações afirmativas, de modo específico das cotas raciais, identifico um movimento que considero significativo: esse conjunto de políticas públicas possibilitaram o aumento do fluxo de estudantes negros no ensino superior público, mas não garantiram acesso e nem a permanência de modo concreto desses sujeitos nas universidades.-

Essa constatação é confirmada por Lima (2015) quando a pesquisadora afirma que a educação é o principal mecanismo de superação das desigualdades e ao mesmo tempo atua

como um mecanismo de reprodução delas. Desse modo, entendendo o movimento de luta em prol do acesso e permanência como síncrono e indissociável, inaugura-se nesse escopo das ações afirmativas no Brasil uma outra fase em relação ao debate sobre raça, direito e política (CAMPOS, 2019): pensar estratégias para promoção de políticas, programas e projetos que visem diminuir a evasão dos estudantes negros, ainda nos primeiros períodos dos cursos de graduação e também de pós-graduação devido à falta de assistência por parte das instituições, é pensar, impreterivelmente, em acesso e permanência nas universidades públicas de modo concomitante.

Desta forma, Gomes (2008), Gonçalves (2014) e Lima (2015) identificam em suas pesquisas que os/as estudantes negros/as, ao mesmo tempo que enfrentam problemas, como a dificuldade de acesso, de permanência e do enfrentamento ao racismo existente nas universidades públicas, também entendem esse lugar como o espaço que vai proporcionar a eles mobilidade educacional, prestígio e, status e ascensão social, ou seja, a universidade passa a ser o “lugar da virada”.

A mobilidade educacional tem relação com o fato de que muitos estudantes negros/as que terminam o ensino médio e conseguem ingressar no ensino superior público seja por algum tipo de ação afirmativa, seja por ampla concorrência, apresentam uma mudança de patamar em relação ao nível educacional que estavam inseridos anteriormente.

O prestígio e status desses estudantes se alteram a partir do ingresso deles/as em alguma universidade pública, o que no Brasil é sinônimo de distinção social, uma vez que essas Instituições de Ensino Superior são reconhecidas socialmente e tradicionalmente por possuírem e ofertarem o melhor nível de ensino e por formarem profissionais altamente qualificados que atendem não só as expectativas do mercado de trabalho como “força de trabalho qualificada”, mas por ocuparem as melhores posições e, inclusive, postos de mando em grandes empresas/corporações nacionais, internacionais e/ou transnacionais.

Já a ascensão social passa pelo fato de que ao conseguirem colocação no mercado de trabalho em posições com uma remuneração muitas vezes maior do que de seus pais ou do que eles/as próprios tinham antes de ingressar no ensino superior, passam não só a possuir e consumir mais e melhores bens de consumo, como a ajudar seus familiares financeiramente.

Os pontos levantados acima não ilustram a realidade vivida por todos os estudantes negros/as que ingressam no ensino superior brasileiro, e nem é de interesse deste artigo aprofundar essa discussão, mas salientar baseado nos trabalhos de (GOMES, 2008; GONÇALVES, 2014; LIMA, 2015) que o ingresso desses sujeitos nessas universidades significa muito mais do acesso, é a possibilidade real de uma mudança de vida para eles/as e suas famílias.

Com isso, essa virada se relaciona com o acesso desses sujeitos às universidades, mas incide de modo mais direto na permanência desses estudantes nelas. Dessa forma, compreendo que é possível pensar no aspecto da permanência através de duas perspectivas: a permanência material e a permanência simbólica.

A permanência material diz respeito à garantia de obtenção de algum tipo de auxílio fornecido pelas universidades, como vagas nas moradias universitárias, bolsas de assistência estudantil, bolsas de pesquisa, tais como as disponibilizadas pelo PIBID⁵ ou PIBIC⁶, e de demais modalidades através das agências de fomento federais, como a CAPES e o CNPq; no caso do recorte desta pesquisa, as agências de fomento estaduais, como as disponibilizadas pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Já a permanência simbólica está ligada à emergência de uma nova etnicidade negra que se mostra através da ocupação de espaços acadêmicos pelos corpos negros; na conscientização da

5 O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

6 O foco principal do **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)** é promover uma ênfase científica aos novos talentos que estão para se formar. O programa é um incentivo para iniciar pesquisas científicas em todas as áreas de conhecimento. Os projetos de pesquisa nos quais os alunos e as alunas participam devem ter qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada por um pesquisador qualificado. Disponível em: <http://www.inpe.br/bolsas/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

importância de se discutir questões raciais na universidade, na luta contínua pela manutenção da garantia do acesso e da permanência de estudantes negros nas Universidades; no entendimento e valorização da identidade racial negra, da afirmação de epistemologias outras que não a euro-americana, no reavivamento de autores/as, teóricos/as e pensadores/as de diversas áreas do saber e da produção de conhecimento no espaço acadêmico.

Essa luta pela garantia do acesso e da permanência dos estudantes negros não se faz de forma pacífica e, sim, com muitos enfrentamentos e disputas. Essas disputas, que se colocam nas arenas públicas, são produzidas através de um ativismo racialmente orientado, ou seja, a raça não é o único fator motivador de engajamento político, mas tem papel central nas ações políticas desenvolvidas nesse tipo de ativismo, sobretudo nas mobilizações dos coletivos negros.

Por meio da permanência simbólica, os estudantes negros se organizam coletivamente em prol da questão racial, especificamente pautados na perspectiva da negritude para lutarem pela manutenção das políticas públicas racializadas, ou seja, daquelas em que a raça é uma categoria chave para a própria constituição da política pública e de seus beneficiários, como são as cotas raciais que tem por finalidade combater as desigualdades raciais, garantir o direito à educação, fomentar o acesso e a permanência através de uma reparação histórica para com a população negra, que durante séculos foi privada de espaços como as universidades públicas brasileiras.

Sendo assim, ao me debruçar sobre os coletivos Denegrir (UERJ); Iolanda de Oliveira (UFF); Marlene Cunha (PPGAS/MN/UFRRJ) e sobre o Aquilomba Fórum (UNICAMP), observo que há uma íntima relação entre as ações afirmativas, especialmente as políticas de cotas raciais, adotadas nas universidades e o (re)arranjo do ativismo negro universitário contemporâneo na medida que a partir da emergência de coletivos negros na cena universitária, as atenções dadas pelas instituições para as questões raciais se intensificaram e as necessidades específicas dos estudantes negros atingiram outro patamar, tornando-se uma das pautas centrais que são debatidas na esfera institucional.

O ativismo produzido pelos Coletivos Negros nas Universidades Públicas

Conforme apresentado até esta seção, entendemos que a implementação das ações afirmativas, principalmente das cotas raciais, teve impacto no ativismo negro universitário contemporâneo e que é composto de diversas entidades e organizações. Dentre estas, o protagonismo recaí sobre os coletivos negros não só devido à qualidade de suas mobilizações, mas também aos repertórios políticos que tais coletivos apresentam a fim de promover e potencializar a luta antirracista nas universidades.

Esses repertórios adotados pelos coletivos negros possuem relação direta com o contexto em que estão inseridos, e também são compostos por estratégias exitosas adotadas por outras gerações de ativistas e militantes negros que atuaram dentro, mas também fora dos muros das universidades.

Assim, Sacramento (2012) apresenta pistas que ilustram essa relação geracional entre os repertórios do passado e os do presente:

Apresentando elevado potencial mobilizador, os diferentes modelos associativos e formas de atuação política antirracista vem atraindo o interesse de um número crescente de jovens negros, posicionados como herdeiros de uma elaboração identitária etnicorracial, e de um repertório político, construído por várias outras gerações de jovens negros e negras. (SACRAMENTO, 2012, p.15).

Diante disso, o que são os coletivos negros encontrados no ensino superior principalmente dentro das universidades públicas brasileiras na contemporaneidade? Não existe um consenso entre os pesquisadores/as do campo (LIMA, 2020; RIOS E PEREZ, 2020; TRINDADE, 2021; ROSA, 2022) sobre a definição do que são os coletivos negros. Contudo, diante das pesquisas que venho desenvolvendo (AUTOR, 2019; 2022), compreendo que os coletivos negros são entidades

sociopolíticas que desempenham um papel de representantes da comunidade negra universitária, principalmente em relação à categoria discente, e que lutam produzindo ações políticas em prol dos diretos e em defesa dos interesses que ainda não foram superados e/ou conquistados pelos estudantes negros no espaço universitário.

Dessa forma, esses coletivos criam estratégias diferentes daquelas adotadas tradicionalmente pelo Movimento Estudantil a partir do entendimento de que as mobilizações que este movimento promove nas universidades são generalistas demais e que não dão conta de suprir as necessidades específicas dos estudantes negros (AUTOR, 2019).

Tendo isso em vista, os coletivos negros universitários adotam variados repertórios e enquadramentos a partir dos recortes que selecionam para fins de atuarem politicamente no espaço universitário. Assim, destaco alguns destes que considero importantes nas ações desenvolvidas nas universidades: o principal deles é o entendimento de que as relações no ambiente universitário, sejam elas sociais ou políticas, precisam ser pensadas e alimentadas a partir de uma ótica racializada, ou seja, a raça passa a ser o ponto de partida para o desenvolvimento de suas mobilizações, não de modo isolado, mas de modo articulado com outros marcadores sociais, a exemplo de cor, gênero, sexualidade, classe e geração, na medida em que os estudantes experienciam a negritude⁷ de formas diferentes, apesar de compartilharem uma mesma identidade racial.

Nesta continuidade, um segundo ponto importante em relação ao repertório utilizado pelos coletivos negros é a compreensão de que este movimento não está isolado dos demais presentes hoje nas universidades. Portanto, é comum que hajam mobilizações dentro e fora do espaço universitário com outros movimentos, como o feminista, LGBT (FACCHINI, CARMO E LIMA, 2020) além do movimento indígena (JODAS, 2019), de refugiados, dentre outros.

Essas ações são baseadas no fato de que a permanência na universidade é uma pauta comum a todas essas coletividades e que casos de racismo, preconceito, discriminações e demais tipos de violências perpassam as trajetórias de todos esses sujeitos no ambiente universitário.

Apesar da autonomia em relação às demais entidades, organizações e à própria universidade, os coletivos negros constroem relações de conflito, mas também de cooperação com as Instituições de Ensino Superior, visando canais de diálogos que permitam com que as universidades estejam abertas e dispostas a ouvir reivindicações fundamentais para este grupo. um exemplo de sucesso foi e, em certa medida ainda é, o coletivo Denegrir na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Conhecido pelos estudantes negros/as envolvidos ou não no ativismo negro universitário, este coletivo histórico desempenha ações⁸ e atua na luta antirracista e desde a implantação das ações afirmativas, de modo particular pela adoção das cotas raciais nos exames vestibular da Uerj. O sucesso de atuação política se dá, de acordo com o autor (2019, p.54) porque “o coletivo Denegrir também possui um conhecimento de todo o funcionamento da UERJ, o que facilita a articulação para o combate às decisões e políticas institucionais que prejudiquem o alunado negro, desde assuntos individuais até questões mais coletivas”.

No que tange à continuidade das políticas públicas racializadas, uma das ações mais efetivas e que tem feito a diferença nas universidades é a atuação dos coletivos negros no aprimoramento, manutenção e fiscalização destas políticas. São eles que quando não são solicitados pelos gestores das instâncias competentes para auxiliar nessas funções, as assume participando desses processos de forma parcial ou integral. Isso porque, como beneficiários dessas políticas, sabem exatamente quais são os pontos que precisam ser aprimorados e como as políticas adotadas podem ser melhor aproveitadas tanto pelas universidades como pelo corpo discente.

Diante disso, elencamos o coletivo Iolanda de Oliveira que atua desde 2012, ano da implementação da Lei de Cotas, em prol da luta antirracista na UFF e que diante disso vem desenvolvendo diálogos e também promovendo disputas nas instâncias da universidade em relação não só a ampliação mas também a melhora das políticas e projetos promovidos pela universidade em prol dos estudantes negros.

7 Sobre a discussão contemporânea a respeito dos usos e sentidos da negritude ver Munanga (2019).

8 Seus integrantes promovem diferentes tipos de eventos acadêmicos, como, por exemplo, grupos de estudos, debates, conferências e cursos, além de intervenções diretas contra o racismo, preconceito e discriminação dentro das dependências da universidade.

Ainda em relação aos repertórios adotados, um outro ponto importante é a estratégia dos coletivos negros de se multiplicarem em variados institutos e faculdades. Por isso, hoje é comum encontrarmos coletivos presentes não só nas áreas das Humanidades, como também nas áreas de Exatas e Biomédicas, nas quais a questão racial não é tão difundida, mas nem por isso deixa de ser discutida.

Este destaque recai sobre o Aquilomba Fórum na UNICAMP. Esse “coletivo dos coletivos” atua de modo direto na própria política universitária a partir da participação de estudantes negros não só na Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial (CADER)⁹, como também na Comissão de Averiguação (CAVU)¹⁰ e, com isso, essa participação se faz estratégica na medida em que são nesses espaços que as disputas em torno não só da efetividade da política de cotas raciais, mas de seu aprimoramento são discutidos e decididos, mas principalmente na descentralização dos coletivos em diversos institutos e faculdades da Universidade Estadual de Campinas. Assim, atualmente existem treze coletivos que compõem o Aquilomba Fórum e que estão presentes em todas as áreas do conhecimento, como por exemplo, nas Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas, Artes, Biológicas, Exatas e Biomédicas.

De modo mais recente, tem sido frequente o aparecimento de coletivos negros na pós-graduação, nos cursos de mestrado e doutorado. Isso se dá por duas razões: a primeira tem a ver com o fato de que a pós-graduação no Brasil, mesmo a passos lentos, tem recebido cada vez mais estudantes negros, que ao saírem da graduação vislumbram a continuidade de suas formações; a segunda tem relação com o fato de que cada vez mais os programas de pós-graduação têm aderido às cotas raciais, graças às pressões exercidas pelos coletivos e pelos estudantes atuantes no ativismo negro universitário. Esse movimento é realizado com excelência já a alguns anos pelos estudantes negros que compõem o Coletivo Marlene Cunha, do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, onde realizam um curso preparatório especialmente para candidatos negros que desejam cursar o mestrado ou doutorado no Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ), que possui um dos programas de maior prestígio na área de antropologia do país.

Como resultado dessa iniciativa é possível perceber, através das postagens feitas nas redes sociais do coletivo que a cada ano que passa o Museu Nacional vem recebendo mais estudantes negros/as não só do Rio de Janeiro, como também de outros estados do país.

Em relação aos enquadramentos, os coletivos negros os fazem mediante o aparecimento de tensões e disputas relacionadas às ações políticas, sejam elas internas ou externas ao movimento.

De forma geral, um aspecto relevante, e que aparece com frequência nas discussões internas, como também nas arenas públicas, é a dificuldade de compreensão sobre definir o negro brasileiro. Essa dúvida não recai sobre os estudantes que se autotransformam e também são heteroidentificados como pertencentes ao subgrupo de pretos, mas, sim, àqueles que são heteroidentificados e se autoidentificam como pardos.

Essa categoria, ao contrário do que parece, não está dada nem fechada, pois está em constante disputa tanto para a efetividade da política de cotas raciais e dos processos das bancas de heteroidentificação, que incidem diretamente na compreensão do real beneficiário desse direito, quanto para os estudantes e/ou coletividades que compõem o ativismo negro universitário contemporâneo.

Em relação ao primeiro ponto, que diz respeito aos enquadramentos adotados, saliento que, através dos coletivos que fazem parte desta pesquisa, a emergência das comissões de heteroidentificação atreladas ao processo de autodeclaração dos candidatos negros às vagas nos

9 A Comissão Assessora de Diversidade Étnico-Racial (CADER) é uma instância da Diretoria Executiva de Direitos Humanos, criada em 2019 mediante a Resolução GR-029/2019, tem como objetivo contribuir com a concretização e fortalecimento do papel social da Unicamp, tendo competência para: I. Formular, implementar, gerir e acompanhar as políticas de ação afirmativa e de combate ao racismo na Unicamp dentre outras funções. Para ver mais acesse: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17537/0>. Acesso: 10 de abril de 2023

10 A Comissão de Averiguação da Unicamp (CAVU), foi criada mediante a Resolução GR-046/2019, e que visa assegurar o correto cumprimento das políticas de cotas raciais nos processos de ingresso não só nos cursos de graduação, mas também nos vestibulinhos dos colégios técnicos da Unicamp: o Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) e o Colégio Técnico de Limeira (COTIL). Para mais informações: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17644/0>. Acesso: 10 de abril de 2023.

cursos de graduação e também de pós-graduação aprofundou ainda mais essas diferenças internas no próprio Movimento Negro, seja ele de base acadêmica ou não.

Por meio de uma pesquisa interessada em compreender as dinâmicas de autodeclaração e de heteroclassificação raciais das pessoas negras, com pele clara, em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Rodrigues (2021) aponta diversas nuances e complexidades presentes na perspectiva dos sujeitos/as que passam por esse processo na Comissão de Aferição da Autodeclaração Étnico-Racial da Universidade. Assim, mediante a etnografia realizada, a antropóloga salienta:

“A perspectiva defendida nesse trabalho, que toma o nome de anti-colorismo, é a de que o conceito seja uma ferramenta para pensar as diferentes formas de racialização no interior da população negra, que acionará pertencimentos e características diversas, como a identidade de gênero ou a orientação sexual, e cuja tonalidade da pele será um desses distintivos importantes. Neste sentido, pensamos que esse trabalho, ao trazer as narrativas de pessoas autodeclaradas negras, de pele clara, destacando as experiências de heteroidentificação que são submetidos, seja informalmente nas suas vidas cotidianas, seja no acesso às políticas afirmativas, colabora para a contextualização do colorismo e sua formulação conceitual a partir de Salvador, a cidade mais negra fora do continente africano[...]”. (RODRIGUES, 2021, p.258)

A partir da pesquisa de Rodrigues (2021) e das reflexões iniciais advindas do trabalho de campo da pesquisa do autor que está em andamento, é possível apontar que os meandros e dilemas quanto a pertença à identidade negra dos estudantes autodeclarados e heteroidentificados como pardos que passam pela bancas de heteroidentificação seja na UFBA, na UNICAMP ou nas demais universidades públicas, e que ao meu ver, já estavam atenuadas em prol da continuidade desta política tão importante para a população negra ainda precisam ser muito bem discutidas dentro e fora do próprio Movimento Negro e estudados por pesquisadores/as interessados em descortinar essas questões que se tornam fundamentais para o ativismo/militância negra e também para a continuidade dessas políticas no ensino superior brasileiro.

Já em relação ao segundo ponto, ainda se tratando dos enquadramentos, destaco que a incerteza presente no entendimento sobre o sujeito negro que a política de cotas faz jus serve de “combustível” para ações de coletivos negros universitários com o objetivo de salvaguardar não só a política de cotas étnico-raciais, mas também os procedimentos das Comissões de heteroidentificação raciais nas universidades públicas brasileiras. Nesse sentido, o Aquilomba Fórum cumpre o seu papel em termos de ativismo e de compromisso político para com a causa. Através da inserção de estudantes negros que compõem o “coletivo dos coletivos” nas instâncias universitárias como a CADER e a CAVU, estes estudantes participam das bancas de heteroidentificação¹¹, com o objetivo de assegurar a entrada de mais estudantes negros que fazem jus ao real beneficiário da política de cotas raciais adotada pela Universidade Estadual de Campinas,

Para além de refletir na própria política institucional, a indefinição de quem é o real beneficiário da política de cotas incide também sobre a autorização ou não para participar do ativismo negro universitário, enquanto um legítimo integrante desse legado ancestral. Isso significa dizer que, de acordo com a leitura fenotípica e da compreensão de cada grupo, alguns sujeitos

11 A banca de heteroidentificação é o procedimento adotado pela Comissão de Averiguação (CAVU), via Resolução GR-046/2019, e tem por objetivo validar ou não validar a autodeclaração dos candidatos negros às vagas destinadas às cotas raciais para cursos de graduação. A definição de negro tem como base a terminologia conceitual utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que une na categoria negro os grupos de pessoas pretas e também pardas. Para mais informações: <https://www.pg.unicamp.br/norma/17644/0>. Acesso: 10 de abril de 2023.

são aceitos pelos coletivos enquanto outros são negados. Nesse contexto, ainda existem aqueles sujeitos que, mesmo participando ativamente, ainda vivem cercados pela incerteza da sua legítima pertença ao coletivo negro, como também ao grupo racial ao qual esse estudante se autoidentifica como pertencente.

Assim, ao nos debruçarmos sobre o coletivo Denegir (Uerj) identificamos que há um conjunto de fatores que caracterizam um estudante enquanto negro e, com isso, apto a ser integrado ao coletivo, em detrimento daqueles que não são aceitos, como por exemplos, os pardos.

Como via de solucionar esse e os demais problemas dessa natureza, os coletivos negros promovem ações como grupos de leitura e estudos para aqueles membros que não possuem entendimento sobre como se dão as relações raciais no Brasil. Para isso, recuperam a literatura do campo das relações raciais, escolhendo de modo político lerem autores/as negros brasileiros, de diferentes perspectivas teóricas com o objetivo de não só incorporar essas literaturas nas universidades, como também de produzir conhecimento a partir dos trabalhos desses/as intelectuais.

Por fim, os coletivos negros organizam eventos dentro e fora das universidades através da organização de palestras, minicursos, rodas de conversas, cineclubes, exposições, manifestações, saraus e outras formas de mobilização, todas essas atividades tematizando a questão racial e suas interseccionalidades.

Essas iniciativas foram adotadas pelos coletivos em larga escala nas universidades, a partir da compreensão de que o debate racial está na centralidade das discussões e de que hoje em dia, e daqui para frente, não é mais possível fazer política na universidade sem a presença dos estudantes negros organizados em coletivos nos espaços de decisão. Portanto, esse movimento reposiciona o corpo negro no espaço universitário, reverberando na alteração dos regimes de visibilidade desses corpos e jogando luz para o sucesso dessas formas de organização que compõem o ativismo negro universitário protagonizado pelos coletivos negros nas universidades públicas brasileiras.

Conclusão

As transformações ocorridas nas Instituições de Ensino Superior desde a implementação das ações afirmativas, especialmente das cotas raciais, incidiram de forma direta no ativismo negro universitário encontrado hoje nas universidades públicas brasileiras.

Esse ativismo, racialmente orientado e protagonizado pelos coletivos negros, tem possibilitado aos estudantes negros, e demais organizações que o compõem, disputar as universidades através da acentuada presença desses atores nos espaços de tomada de decisão.

Assim, os coletivos negros são agentes centrais na dinâmica sociopolítica universitária, uma vez que, a partir de diferentes formas de organização e de recortes adotados em suas mobilizações, lutam por mais reconhecimento, visibilidade e participação de estudantes negros nas dinâmicas institucionais universitárias, denunciando as violências cotidianas que atravessam os corpos negros no ambiente acadêmico e se tornando protagonistas em um grande movimento que modifica os cenários universitários brasileiros.

Referências

ARAÚJO, D.P.DE... “Inclusão com mérito” e as facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 3, p. 2182–2213, jul. 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Em Busca do Público**: a controvérsia das cotas raciais na imprensa. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019.

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FACCHINI, R.; CARMO, ÍN DO.; LIMA, SP. Movimento Feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos,

teias e enquadramentos. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e230408, 2020.

GOMES, Janaina Damaceno. **Elas são pretas**: cotidiano de estudantes negras na UNICAMP. 2008. 156p. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Políticas educacionais, ações afirmativas e diversidade. **Crítica e sociedade**: revista de cultura política, Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais da UFU. v.4, n. 1, p. 142-162, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, **ANPOCS, Ciências Sociais Hoje**, 2. ANPOCS, 1983, p..223-244.

GUIMARÃES, A. S. A.; RIOS, F.; SOTERO, E.. COLETIVOS NEGROS E NOVAS IDENTIDADES RACIAIS. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 2, p. 309–327, maio 2020.

Grupo de Trabalho André Rebouças (org.). **Semana de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira**, 3 Niterói: UFF, 1978

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe ‘universidade’ em pajubá?**: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2021.

JODAS, Juliana. **“A luta também se faz com a caneta”**: usos e sentidos da universidade para estudantes indígenas. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

LIMA, Márcia. Ações afirmativas e juventude negra no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, v. 16, p. 27-43, 2015.

LIMA, Stephanie. **“A gente não é só negro!”**: interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitários. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

MACHADO, Elielma Ayres: **ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)** / Elielma Ayres Machado; organização André Lázaro e Laura Tavares. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013. 100

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos / Kabengele Munanga. – 4.ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (Coleção Cultura Negra e Identidades)

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira. Etnia e compromisso intelectual. In: GTAR, **Caderno de estudos sobre a contribuição do negro na formação social brasileira**. Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, 1977, p. 22 -28.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro**: políticas da diversidade e organização política estudantil. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Baixada, Duque de Caxias, 2019.

OLIVEIRA, Guilherme dos Santos. GONÇALVES, M. A. R. Organização Política dos Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior Brasileiro. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas | Interethnica**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 17–37, 2022.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira e. Uma quinzena do negro. In: ARAÚJO, Emanuel (Curadoria) **Para nunca esquecer: negras memórias, memórias de negros**. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 2001, p.287.

RATTS, Alex (Alecsandro J. P.). Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade - movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (org.). **Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala Editora, 2009, p. 81-108.

_____. Corpos negros educados: notas acerca do movimento negro de base acadêmica. **Revista Nguzo**. Londrina, ano 1. n. 1, mar./jul., 2011. p. 28-39.

Rios, Flavia; Perez, Olívia Cristina. Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças nas últimas décadas. In: R. Facchini & I. L. França (org.), **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Editora da Unicamp, 2020, p. 89–116.

ROSA, William Paulino. **“Aquilombar é o que dá força”**: redes de afeto, de fazer político e de produção de conhecimento em um coletivo negro de universitários de Medicina. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2022.

RODRIGUES, Gabriela Machado Bacelar. **(Contra)Mestiçagem negra**: pele clara, anticolorismo e comissões de heteroidentificação racial. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Bahia, 2021.

SACRAMENTO, Mônica Pereira do. **Itinerários de etnicidade**: jovens negros e jovens negras em contextos de militância antirracista. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

TRINDADE, L. **Fortalecendo os fios**: emergências dos coletivos de estudantes negros e negras em universidades da região sudeste. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos, São Paulo, 2021.

SANTOS, Joel Rufino. A luta organizada contra o racismo. In: SANTOS, Joel Rufino & BARBOSA, Wilson do Nascimento (org.). **Atrás do muro da noite**: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, 1994a, p. 87-146.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso**: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020. 2021. Tese (Doutorado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Recebido em 01 de março de 2023.
Aceito em 23 de maio de 2023.